

Governo pode recorrer ao STF

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O governo poderá arguir a inconstitucionalidade da medida se o regimento da Assembléia Nacional Constituinte for aprovado com a figura do "projeto de decisão", que permite mudanças na atual Constituição, aprovadas pela maioria absoluta da Constituinte, ou seja, metade dos parlamentares mais um, o que soma 280 votos.

Mudanças na atual Constituição, somente com a aprovação de dois terços do Congresso Nacional, da Assembléia Nacional Constituinte, ou qualquer outra denominação que se dê. Fora disso, a medida será inconstitucional, segundo alertou, ontem, um auxiliar do presidente Sarney, argumentando que o governo federal poderá, através da Procuradoria-Geral da República, arguir a inconstitucionalidade da maioria absoluta, para exame do Supremo Tribunal Federal.

Esse último trunfo do governo contra a decisão da Constituinte foi confirmado, em tese, por fontes da

Procuradoria-Geral da República, ao argumentarem que qualquer diploma legislativo pode sofrer arguição de inconstitucionalidade. Segundo essas fontes, o pedido de inconstitucionalidade não precisa partir, necessariamente, do governo federal. Até um parlamentar pode fazer isso.

"As coisas estão meio agitadas no Congresso", afirmou o presidente Sarney ontem, para alguns de seus auxiliares, antes de deixar o Palácio do Planalto. Entretanto, oficialmente, nenhum assessor do presidente quis adiantar a disposição do governo de arguir, de imediato, a inconstitucionalidade ao "projeto de decisão", embora um deles tivesse destacado a preocupação do Palácio do Planalto com o total desentendimento que estava ocorrendo entre os líderes do PMDB, Luiz Henrique, e do governo, deputado Carlos Sant'Anna.

O Planalto participou ativamente das manobras de ontem no plenário da Constituinte.

O deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) denunciou que durante

a primeira votação de verificação do quórum de presença o assessor parlamentar do Gabinete Civil da Presidência da República, Henrique Hargreaves, estava convencendo constituintes do PDS a se retirarem de plenário. Entre os muitos que saíram do plenário, Zanetti anotou o senador Jarbas Passarinho (PA), líder do PDS no Senado.

Henrique Hargreaves, que é funcionário da Câmara, mas está à disposição do Gabinete Civil, encontrava-se no plenário da Câmara.

O que é permitido apenas aos constituintes, funcionários da Casa e jornalistas. Sobre a denúncia, ele apenas comentou: "É mesmo? Você acha possível? Antes fosse possível fazer isso".

A denúncia de Hermes Zanetti veio logo depois que o senador Fábio Lucena (PMDB-AM) fez uma denúncia nos microfones de aparte, que o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (BA), estava procurando retirar constituintes do próprio PMDB sob o argumento de que "quem é amigo do presidente Sarney tem de sair do plenário".